

TRABALHADORES ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Lilian Silva do Amaral Suzuki¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o trabalho e a inserção de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, pretende-se estudar a trajetória ocupacional dos emigrantes que se encontram no mercado de trabalho brasileiro, assim como as principais mudanças no fluxo de trabalhadores estrangeiros para o Brasil após a crise econômica de 2008 e perceber quais são as distinções existentes em relação à posição social e ocupação dos trabalhadores estrangeiros no Brasil, ou seja se há dentre os que recebem autorizações para trabalhar no Brasil uma diferenciação devido ao nível de escolaridade e as consequências dessas distinções em suas relações sociais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, estrangeiros e ocupação.

1. Introdução

As migrações internacionais contemporâneas constituem uma importante questão social em virtude de seus diversos efeitos e implicações. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) o número total de migrantes internacionais passou de 150 milhões em 2002 para 214 milhões em 2010.

A recente crise econômica mundial demonstrou a resistência das migrações e confirmou que estas são parte integrante do mundo globalizado, pois apesar de seus efeitos contínuos não houve mudanças nos padrões de mobilidade humana, por isso a quantidade de migrantes que se acumulou ao longo de várias décadas foi pouco alterada.

O Brasil encontra-se amplamente inserido na ótica das migrações internacionais. Segundo Fausto (1996) o processo de colonização acabou por fazer do Brasil um grande receptor de imigrantes que contribuíram fortemente com a formação do país.

Sendo assim, primeiramente a migração veio atender aos interesses da corte de Portugal e propiciar a ocupação das terras brasileiras. Após esse período, ocorre o fluxo de escravos, sendo esta a maior quantidade de imigrantes forçados a entrar no país. Já

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

em meados do século XIX e até o primeiro quarto do século XX um grande fluxo de imigrantes chegou ao Brasil a fim de atender a falta de mão de obra nas lavouras – principalmente nos cafezais – e na indústria.

Neste contexto, chegaram ao Brasil mais de 800.000 imigrantes italianos e mais de 200.000 japoneses. Segundo Fausto (1996), a imigração para o Brasil aconteceu em grande quantidade para os Estados de São Paulo e Paraná, sendo que 80% da emigração japonesa após a Segunda Guerra Mundial ocorreu para o Brasil.

Estima-se que entre o final do século XIX e final do século XX, o Brasil tenha recebido cerca de 4,4 milhões de imigrantes, sendo estes provenientes, principalmente, de Portugal, Itália, Espanha, Japão e Alemanha.

Segundo Milesi e Andrade (2010) dados do cadastro ativo da Polícia Federal de 2008 mostravam que o número acumulado de imigrantes regularizados no Brasil era de 877.286. Entre os estrangeiros no Brasil os maiores grupos seriam de “portugueses (270 mil); japoneses (92 mil); italianos (69 mil); espanhóis (58 mil); argentinos (39 mil); bolivianos (33 mil); alemães (28 mil); uruguaios (28 mil) e norte-americanos (28mil)”. (MILESI e ANDRADE, 2010, p. 5).

Porém, deve-se levar em consideração que esses números não incluem imigrantes irregulares. De acordo com Milesi e Andrade (2010) antes de 2009 - quando o governo concedeu anistia² a imigrantes irregulares – o Ministério do Trabalho acreditava que o número de imigrantes em situação irregular no Brasil era de 180 mil. Entretanto, outras fontes como institutos e ONGs que auxiliam imigrantes no Brasil, afirmavam que esse número é ainda maior, e estimavam que a quantidade de imigrantes irregulares no Brasil era de 300 mil.

Portanto, durante muito tempo o Brasil recebeu uma quantidade muito grande de estrangeiros provenientes dos mais diversos países. Entretanto, a partir dos anos 1980 – quando o Brasil atravessou uma grave crise econômica – o país viu um grande número de brasileiros deixarem o país para viver no exterior, assim o Brasil passou a ser visto como um país de emigração, já que muitos brasileiros de classe média passaram a

² Segundo Milesi e Andrade (2010) o Brasil adotou, em várias oportunidades, o sistema de regularizações migratórias, pleiteadas reiteradamente por vários segmentos da sociedade. Assim, a partir da Lei 6815/80, já se efetivaram regularizações de estrangeiros em quatro oportunidades - em 1981, em 1988, em 1998 e em 2009. Avaliações preliminares da anistia aos imigrantes irregulares, em curso até o final de 2009, davam conta de que, aproximadamente, 42.000 solicitações foram apresentadas, sendo 17.000 de imigrantes bolivianos.

buscar melhores oportunidades em outros países como trabalhadores migrantes de baixa qualificação, sendo que os principais destinos eram: Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa.

Esse fluxo foi intenso até a recente crise econômica de 2008 que eclodiu nos sistemas financeiros dos países desenvolvidos e industrializados. A brusca desaceleração da economia global acabou por devastar economias nacionais, empresas e trabalhadores desses países, e com isso percebeu-se não apenas um intenso retorno de brasileiros que se encontravam no exterior, mas também a entrada de um grande número de estrangeiros no Brasil.

Antes mesmo da crise econômica de 2008 já era observada no Brasil a entrada de um número muito grande de imigrantes provenientes de países fronteiriços como Bolívia e Paraguai. Entretanto, o cenário atual mostra que devido ao bom desempenho da economia brasileira muitos estrangeiros de países desenvolvidos como Estados Unidos e Espanha passaram a ter o Brasil como país de destino de sua trajetória migratória.

Dados de 2011 do Ministério da Justiça mostram que a quantidade de estrangeiros morando no Brasil - seja a trabalho, estudo ou apenas acompanhando seus cônjuges – pela primeira vez em 20 anos é maior que a quantidade de brasileiros que deixam o Brasil rumo ao exterior pelos mesmos motivos.

Diversos autores (PIORE 1979; MUNCK 2011; CASTLES 2011) analisam as migrações internacionais contemporâneas como parte integral da regulação do mercado de trabalho, uma vez que as economias ricas do Norte ainda dependem bastante da força de trabalho migrante. Porém, observamos uma crescente presença dessa mão de obra barata e flexível atuando também no mercado de trabalho brasileiro.

Sendo assim, até que ponto o Brasil está inserido nessa nova configuração dos fluxos migratórios internacionais com a absorção de mão de obra estrangeira? Qual é a trajetória ocupacional dos estrangeiros que se encontram na ponta virtuosa e altamente qualificada e dos que se encontram na ponta precária e de baixa qualificação no mercado de trabalho brasileiro? Quais as principais mudanças no fluxo de trabalhadores estrangeiros para o Brasil após a crise econômica de 2008?

2. Metodologia

Com relação à metodologia aplicada, a pesquisa utilizará dados quantitativos e qualitativos. Segundo Flick (2009) a utilização de dados qualitativos e quantitativos de modo articulado é cada vez mais comum. Sendo assim, podemos afirmar o procedimento metodológico que utiliza tanto dados qualitativos quanto quantitativos possibilita reduzir as limitações de cada método.

Nesse sentido, pretende-se primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica referente aos trabalhadores estrangeiros no Brasil, pois diversos autores (BAENINGER 2012; SILVA 2012; SCARIOT 2006), já produziram importantes pesquisas, por exemplo, sobre a mão de obra de bolivianos e paraguaios no Brasil.

Será realizado também o levantamento de dados sobre trabalhadores estrangeiros no Brasil pela RAIS, PNAD e principalmente pelos dados do Ministério do Trabalho sobre autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros que informam um panorama bastante completo sobre a mão de obra que adentra o Brasil de forma legal.

Já os dados da RAIS referem-se também aqueles que se encontram inseridos do mercado de trabalho formal, porém ao mesmo tempo podemos observar profundamente o perfil desses trabalhos, pois os dados da RAIS possibilitam o acesso a informações referentes ao grau de instrução, ocupação, remuneração média, o tipo de vínculo, o tempo de serviço, o tipo de admissão e a causa do desligamento.

A pesquisa encontra-se na fase de delimitação, portanto nesse momento procura-se identificar empresas que possuem em seu quadro funcional trabalhadores estrangeiros, para isso esperamos que a parte qualitativa da pesquisa consiga observar as configurações de significado que são construídas no processo de criação de sentido e compreensão.

Nesse sentido, buscamos a partir de agora, entrar em contato com diversas agências como Sine, Gelre, Overseas e etc., que atuam no Brasil e recrutam mão de obra estrangeira para trabalhar no mercado de trabalho brasileiro. Após entrar em contato com essas agências pretendemos chegar aos imigrantes, pois a explicação dos fenômenos sociais a partir das ações dos indivíduos implica em voltar no significado subjetivo que essas ações têm para os próprios indivíduos (HITZLER & EBERLE, 2004).

Até o momento têm-se recorrido a diversos materiais midiáticos, reportagens e etc., para a identificação e monitoramento de fluxos migratórios significativos para o Brasil. A partir dessa identificação têm-se feito tentativas de contato com empresas que tem contratado mão-de-obra estrangeira como por exemplo, empresas na cidade de Anápolis – GO, que possui um polo empresarial bastante atrativo e que tem contratado muitos estrangeiros vindos principalmente da América Central e África.

Após a identificação dessas empresas serão realizadas entrevistas semiestruturadas e também grupos focais com os trabalhadores estrangeiros. Segundo Flick (2004) são várias as formas de entrevistas semiestruturadas; nesse sentido, será utilizado um roteiro de entrevista com questões abertas e contrafactuais, muito próximo ao que se emprega na entrevista semipadronizada, em que “o guia da entrevista menciona diversas áreas de tópicos, cada uma delas introduzida por uma questão aberta e concluída por uma questão confrontativa” (FLICK, 2004, p.95).

Por fim, os dados coletados serão codificados e analisados sistematicamente e simultaneamente até se chegar a uma saturação teórica, ou seja, quando dados novos ou relevantes não forem mais encontrados ou quando estes dados começarem a se repetir. Para isso é necessário à utilização de uma “sensibilidade teórica” buscando verificar aquilo que é relevante e o que não é importante para a pesquisa. (STRAUSS & CORBIN, 1990).

3. O trabalho de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro

O Brasil começou a se inserir no novo contexto das migrações internacionais a partir das duas últimas décadas do século passado, ao presenciar o movimento de saída de muitos brasileiros para o exterior e a entrada de um fluxo muito grande de estrangeiros no país.

Nesse sentido, as migrações internacionais aparecem novamente no cenário brasileiro como uma importante questão, pois após quase um século da entrada em massa de estrangeiros no Brasil, os movimentos populacionais contemporâneos ocorrem num contexto de enormes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que transcorrem desde o final dos anos 1980, e acabaram por configurar esses deslocamentos populacionais contemporâneos.

A globalização diminui as distâncias ao mesmo tempo em que redefine localizações e cria blocos econômicos. Baeninger (2003) mostra que no Brasil principalmente a partir dos anos 1990, ocorre tanto a entrada significativa de coreanos quanto de imigrantes vindos de países da América Latina.

Baeninger (2003) afirma que a indústria de confecção em São Paulo vem sendo administrada por coreanos, esses por sua vez, acabam por contratar bolivianos, peruanos e colombianos para trabalhar nesse setor, porém a grande maioria desses trabalhadores encontra-se em situação irregular no país.

O censo demográfico 2010 registrou a presença de 92.529 estrangeiros no Brasil. Nesses dados os principais grupos de estrangeiros são os provenientes de Portugal (45.601), da Bolívia (25.872) e Paraguai (21.376). Podemos perceber uma grande quantidade de migrantes dos países fronteiriços, e podemos relacionar esse cenário aos acordos firmados no âmbito do Mercosul.

Segundo Baeninger (2012) a permeabilidade das fronteiras das quais fazem parte os países da América Latina, proporcionam um contexto de integração econômica regional, e isso contribui para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços.

Ao analisar a absorção dessa mão de obra de estrangeira pelo mercado de trabalho brasileiro, podemos observar como mostra a tabela 1, que emigrantes da fronteira como, por exemplo, Bolivianos e Paraguaio, atuam principalmente no setor de serviços em trabalhos manuais, de baixa qualificação e remuneração.

Tabela 1. Imigrantes internacionais estrangeiros, segundo país de nascimento e ocupação – Brasil, 2010.

País de Nascimento	Operadores de Máquinas de Costura	Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral	Comerciantes de Lojas	Balconistas e Vendedores de Lojas	Trabalhadores Elementares da Construção de Edifícios	Total
Bolívia	12627	655	652	285	69	14288
	88,4%	4,6%	4,6%	2,0%	0,5%	100,00%
Paraguai	1974	2208	550	839	708	6279

	31,4%	35,2%	8,8%	13,4%	11,3%	100,00%
Total	14601	2863	1202%	1124	777	20567
	71,0%	13,9%	5,8%	5,5%	3,8%	100,00%

Fonte: Censo demográfico, IBGE, 2010.

Porém, ao analisar dados da Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho, que possibilitam identificar o perfil dos estrangeiros que chegam ao Brasil para trabalhar, mesmo que por um curto período de tempo através das autorizações temporárias³, percebemos que os principais grupos de estrangeiros que tiveram autorizações de trabalho concedidas entre 2006 e 2010, foram de pessoas vindas dos Estados Unidos e Europa.

Tabela 2: Autorizações concedidas a estrangeiros, por país de origem – Brasil, 2006 – 2010.

PAÍS	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	3601	4519	5799	5590	7550
Filipinas	1542	2120	4825	4969	6531
Reino Unido	2199	2474	3874	3496	3809
Índia	766	1292	1981	2630	3237
Alemanha	1553	1292	1815	1454	2904
China	717	1078	2422	1405	2160
Itália	1099	1382	1413	1395	2040
Noruega	618	790	990	1206	1926
Indonésia	126	267	1356	1700	1819
Japão	1278	1244	1804	1237	1765
França	1210	1377	1613	1908	1653
Espanha	655	878	1133	1104	1457
Total	13499	16458	26279	25082	33741

³ As autorizações temporárias variam de 90 dias até 02 anos.

Fonte: Ministério do Trabalho/Secretaria de Relações do Trabalho/Coordenação Geral de Imigração, 2010.

Em relação a escolaridade dos estrangeiros que receberam autorizações de trabalho do Ministério do Trabalho percebe-se uma grande quantidade de trabalhadores que possuem curso superior completo e ensino médio completo.

Tabela 2: Grau de escolaridade – Brasil, 2010 – 2013.

Escolaridade	2010	2011	2012	2013
Superior Completo	30038	36479	36248	26701
Ensino Médio Completo	21072	23744	25731	19041
Mestrado/Doutorado	584	1734	1899	1450
Não Informado	1244	4101	403	299
OUTROS	1244	4101	403	299
Total	53224	66391	64282	47746

Fonte: Ministério do Trabalho/Secretaria de Relações do Trabalho/Coordenação Geral de Imigração, 2013.

Observa-se que os dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam uma forte seletividade, que envolve principalmente uma mão de obra proveniente de países centrais, porém nota-se também a existência de autorizações concedidas para estrangeiros de países como as Filipinas que adentram o país para realizar trabalhos bastante precários, principalmente para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira.

Segundo o Estadão (2011) a expansão do setor de petróleo e gás atraiu um número recorde de trabalhadores filipinos ao Brasil para exercer atividades em alto-mar. Com o mercado em alta, a Petrobrás e outras empresas petrolíferas de produção e exploração contratam prestadoras de serviço que trazem o "pacote completo", com embarcações e mão de obra estrangeiras.

A maior parte das autorizações é concedida para a realização de serviços de curto prazo, por isso, as empresas ficam desobrigadas de contratarem operários brasileiros. A presença de mão de obra local é exigida quando embarcações e plataformas estrangeiras operam no país por mais de 90 dias contínuos.

A Central Única dos Trabalhadores no Conselho Nacional de Imigração afirma que tais trabalhadores realizam trabalhos braçais e que as normas internacionais permitem todo tipo de jornada de trabalho. Portanto, percebe-se que dentro dos dados das autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros encontra-se também uma mão de obra não qualificada e precarizada.

A Organização Internacional para as Migrações (2010) afirma que o processo de reestruturação produtiva tem atraído um contingente importante de estrangeiros para trabalhar em empresas instaladas no Brasil. Assim, em 2008, cerca de 60% das autorizações de trabalho concedidas no Brasil “contemplaram um contingente de estrangeiros com curso superior completo, incluindo mestrado e doutorado.” (OIM, 2010, p. 24).

Por isso é nossa pretensão analisar essa atuação das migrações internacionais no Brasil enquanto uma ferramenta de regulação do mercado de trabalho que permite que os empregadores direcionem salários e padrões de trabalho mais baixos a uma força de trabalho estrangeira que é barata e flexível, concomitante a absorção da mão de obra de estrangeiros altamente qualificados que ocupam especialmente áreas de direção e chefia em grandes empresas no Brasil.

4. Fluxo migratório de trabalhadores para o Brasil: uma nova questão social?

A Organização Internacional para as Migrações diz que a migração para trabalho ou laboral geralmente é definida como um movimento que ultrapassa as fronteiras e tem como finalidade o trabalho em um país estrangeiro; no entanto, não há uma definição para a migração laboral que seja universalmente aceita. Por isso, além dos termos, migrante laboral e trabalhador migrante, existe o termo “migrante econômico” que pode ser utilizado para se referir apenas ao movimento que tem como finalidade o emprego ou num sentido mais amplo, para se referir as pessoas que adentram um país estrangeiro para realizar outros tipos de atividades econômicas, tais como investidores (OIM, 2010).

Essa classificação normalmente é estabelecida com base na duração das atividades exercidas, e também nas distinções feitas pelos países receptores sobre as condições necessárias para a admissão e estadia de trabalhadores estrangeiros, portanto os procedimentos para admissão e estadia podem ser mais ou menos exigentes dependendo do país receptor.

Apesar do forte controle em relação à livre circulação de pessoas a Organização Internacional para as Migrações acredita que as migrações laborais irão continuar e aumentar por várias razões como: às diferenças de oportunidades de emprego e condições de vida entre os países; o maior acesso ao conhecimento e informação sobre as condições de vida e oportunidades de emprego no exterior e o estabelecimento de redes entre os países baseadas em relações familiares, culturais e históricas.

Nesse sentido, diversas causas e impactos envolvem as migrações laborais como as condições demográficas e do mercado de trabalho nos países emissores e receptores, o caráter legal ou irregular da migração, a estadia no país de destino, a natureza organizada ou espontânea dos movimentos migratórios, entre outros.

Castles (2000) diz que os migrantes laborais encontram-se presentes em três das oito categorias⁴ que dividem os migrantes internacionais. A primeira é a dos trabalhadores temporários – trabalhadores convidados ou trabalhadores contratados no exterior - que são homens e mulheres que migram por um período limitado, podendo ser alguns meses ou até vários anos, e almejam encontrar um trabalho e enviar dinheiro para casa (remessas).

O segundo grupo é o de profissionais altamente qualificados ou migrantes de negócios que são pessoas que possuem qualificações gerenciais, executivas, técnicas ou semelhantes, e migram para atuar no mercado de trabalho de corporações transnacionais e organizações internacionais ou procuram emprego no mercado de trabalho internacional direcionado a esse tipo de mão de obra escassa.

O último grupo é o de migrantes irregulares ou ilegais que é composto por pessoas que entram num país, geralmente à procura de trabalho, sem permissão ou os documentos necessários. Mesmo assim, muitos fluxos de migrantes laborais consistem predominantemente de migrantes irregulares.

Segundo Castles (2000), geralmente tanto os países que recebem quanto os que enviam trabalhadores migrantes possuem objetivos em curto prazo em relação a essa força de trabalho. Nesse sentido, os países receptores buscam obter uma força de trabalho flexível e de baixo custo, enquanto que os países que enviam os trabalhadores se preocupam principalmente com a absorção desta mão de obra inutilizada e com a

⁴ Os refugiados; os que migram à procura de asilo; os que migram forçadamente – seja por motivo de catástrofes ou projetos de desenvolvimento; os que migram devido à reunião ou reunificação familiar; e os migrantes de retorno são as outras categorias expostas pelo o autor.

obtenção do máximo possível de remessas que acaba entrando no país através deste fluxo migratório (Cf. CASTLES, 2000).

Portanto, tais remessas são fundamentais já que “elas trazem uma enorme contribuição para as contas nacionais de muitos países de emigração e ajudam a financiar investimentos de desenvolvimento.” (CASTLES, 2000, pg. 276). Dados de 2011 mostram que os fluxos de remessas oficialmente registrados chegaram à soma de 501 bilhões de dólares, sendo que dentre estes 372 bilhões foram remessas para países em desenvolvimento (WORLD BANK, 2012).

A maioria dos países de emigração possuem políticas assistenciais para a prevenção de abusos contra seus cidadãos durante o período em que estes estão no exterior; porém muitas vezes essas medidas de proteção não são eficazes, pois elas não valem para os migrantes irregulares, o número de oficiais nos consulados muitas vezes é pequeno para lidar com todos os problemas que envolvem emigrantes e até mesmo os migrantes legais são tão dependentes em arrumar e manter um emprego no exterior que muitas vezes eles não denunciam casos de abuso e exploração. Além disso, as autoridades de países que enviam trabalhadores “hesitam em confrontar as autoridades e empregadores dos países de imigração, por medo que estes passem a preferir trabalhadores de outros países.” (CASTLES, 2000, p. 276).

Sassen-Koob (1978) diz que existem pelo menos três tipos de transferência de trabalho entre países: primeiramente existem os empregos em países desenvolvidos destinados a profissionais altamente qualificados de outros países geralmente menos desenvolvidos (fuga de cérebros); existem também os empregos realizados por trabalhadores nacionais para empresas estrangeiras que operam no país destes trabalhadores; e por fim existem os empregos para trabalhadores estrangeiros fora de seu país de origem (migrante laboral).

Sassen-Koob (1978) mostra que essa circulação de trabalho de um país para outro não é percebida imediatamente como ocorre em relação ao capital e outros recursos. A exceção seria em relação à “fuga de cérebros”, pois esse tipo de transferência de trabalho envolve um alto investimento em capital humano, o que faz com que estes sejam economicamente visíveis. Porém, a “fuga de cérebros” constitui uma fração muito pequena do total de migração laboral internacional, nesse sentido a dificuldade maior em se perceber essa transferência de recursos ocorre em relação aos outros dois tipos de transferência de trabalho.

O aumento no nível dos lucros proporcionados pela recepção de mão de obra estrangeira se deve ao fato de uma redução no custo de reprodução da força de trabalho. Os países que recebem mão de obra do exterior apropriam-se de trabalhadores que foram treinados através do capital dos países de onde estes emigraram; além do mais, esses países também acabam arcando com o crescimento dos dependentes dos migrantes que permanecem no país e também com a manutenção desses migrantes quando estes retornam muitas vezes doentes, e já prestes ou prontos para se aposentar (Cf. SASSEN-KOOB, 1978).

A redução nos custos do trabalho dos países que recebem os migrantes é alcançada com os baixos salários que lhes são pagos, já que estes se encontram numa situação onde são estrangeiros, trabalhadores temporários, não possuem estadia própria, não possuem familiaridade com a política sindical ou com o modo de organização de uma econômica industrial avançada. Tudo isso faz dos migrantes dependentes de seus empregadores e improváveis a se tornarem sindicalizados, por isso “estes fatos também tendem a isentar os empregadores de suas obrigações em prover vários tipos de benefícios e permitirem o “repatriamento” de trabalhadores demitidos e inválidos” (SASSEN-KOOB, 1978, p. 519).

Em relação à organização do trabalho, a disponibilidade dos migrantes torna possível a operação dos processos de produção em condições que não são permitidas pelos sindicatos e isso acaba aumentando a rentabilidade do trabalho, pois há a execução de atividades intensivas a um baixo custo, e os migrantes também se dispõem a fazer horas extras e a trabalhar em turnos noturnos. Tudo isso permite que as empresas operem com uma capacidade maior, e esses aspectos acabam repercutindo na força de trabalho nativa já que isso tende a exercer uma pressão diminuindo os salários, e agindo de modo a enfraquecer o trabalho formal.

No Brasil a grande presença de trabalhadores estrangeiros, desde os tempos da colonização, fez dessa uma importante e significativa força de trabalho dentro do mercado de trabalho brasileiro. A criação da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) em 1975 demonstra a importância dos trabalhadores estrangeiros no Brasil já que a princípio a finalidade primordial da RAIS era controlar a mão de obra estrangeira no mercado de trabalho formal no país.

Segundo Amaral e Fusco (2005) em 1980 o governo brasileiro criou o Conselho Nacional de Imigração que passou a ser responsável pela execução da política de

migração, emissão de vistos e autorizações de trabalho e também passou a definir critérios para a estadia legal e permissão de trabalho para estrangeiros.

Já em 1981 uma nova lei de imigração passou a vigorar, sendo que esta definia categorias e tipos diferentes de vistos para estrangeiros, como visto de turistas, vistos temporários, vistos permanentes e vistos diplomáticos.

De acordo com Amaral e Fusco (2005) entre 1997 e 2004 o governo brasileiro criou várias resoluções normativas destinadas a trabalhadores estrangeiros, pois o governo tinha a intenção de priorizar vistos e autorizações de trabalho para estrangeiros que tivessem no mínimo um curso superior. Porém, mesmo com essas barreiras impostas pelo governo brasileiro visando dificultar a obtenção de autorizações de trabalho, a grande maioria de trabalhadores estrangeiros que entraram no país recentemente possuem baixa qualificação e escolaridade.

Ao longo dos anos 1990, o Brasil recebeu um importante fluxo de imigrantes legais e ilegais da Coreia do Sul e América Latina (principalmente Bolívia e Peru). Os sul-coreanos foram para o Brasil para trabalhar na indústria têxtil, na produção e também no comércio. Esses imigrantes contratavam bolivianos e peruanos, imigrantes ilegais, que tinham salários mais baixos que do que os trabalhadores brasileiros. (AMARAL e FUSCO, 2005, p. 5).

Porém, o crescimento econômico do Brasil e a crise econômica de 2008 que afetou principalmente a Europa e Estados Unidos têm propiciado fluxo significativo de trabalhadores estrangeiros qualificados no Brasil.

Segundo a BBC Brasil (2011) a empresa de consultoria RH ManpowerGroup realizou em 2011 um levantamento com 400 empresas – multinacionais e companhias brasileiras - que atuam no Brasil e este levantamento apontou que quase 20% das empresas pesquisadas possuíam em média 5 trabalhadores estrangeiros trabalhando em cargos gerenciais, e 13% dessas empresas tinham mais de 20 trabalhadores estrangeiros.

A maior demanda seria por engenheiros, técnicos, professores e funcionários para cargos de executivo sênior ou gerente. Em relação aos países de origem desses trabalhadores os maiores contingentes são de estrangeiros provenientes dos Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Portugal e Espanha.

5. Conclusão

O trabalho apresentado acima pretende responder questões relacionadas a inserção e o trabalho de estrangeiros no Brasil, para isso buscamos mostrar os caminhos que pretende-se percorrer para responder as diversas questões que envolvem esse importante fenômeno social.

A análise histórica das migrações internacionais no país, até então, era estudada a partir de dois períodos: o primeiro no século XIX, marcado por uma fase de recepção de imigrantes europeus, africanos, orientais entre outros; e o segundo, ao final do século XX (nas décadas de 1980 e 1990) onde os brasileiros passaram a emigrar em direção aos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão, predominantemente por motivações econômicas, porém é possível afirmar que o Brasil vive atualmente um novo momento. O mais recente levantamento do Ministério da Justiça mostra que a quantidade de estrangeiros vivendo no Brasil - trabalhando, estudando ou simplesmente acompanhando seus cônjuges - superou, pela primeira vez em 20 anos, o número de brasileiros que deixam o país para viver no exterior pelos mesmos motivos.

O cenário migratório do Brasil pode ser entendido como uma nova questão social, uma vez que compreende a exportação de emigrantes brasileiros, em paralelo com a entrada de imigrantes no país. Neste contexto a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão de obra, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, seriam os principais determinantes (Cf. PATARRA, 2005).

O crescimento da economia brasileira, aliado às crises internacionais, transformou o país em um polo de atração para trabalhadores migrantes. Somado a isso está a formação do imaginário de um Brasil próspero e acolhedor, onde é possível crescer e ganhar dinheiro. Sendo assim, o trabalho a ser desenvolvido pretende mostrar tais aspectos explorados neste trabalho que permeiam a imigração de trabalhadores estrangeiros para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ernesto, FUSCO, Wilson. Shaping Brazil: the role of international migration. In: *Migration Information Source, June Issue*. Washington, D.C.: Migration Policy Institute (MPI), 2005.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: *Imigração Boliviana no Brasil*. Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepe/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, p. 9-18, 2012.

CASTLES, Stephen. *International Migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues*. International Social Science Journal, v. 52, N° 03. pp. 269-281, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil. História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. Edusp. 2006.

MILESI, Rosita e ANDRADE, William Cesar de. *Migrações Internacionais no Brasil. Realidade e Desafios contemporâneos*. 2010.

MUNCK, Ronald. *Beyond North and South: Migration, Informalization, and Trade Union Revitalization*. WorkingUSA: The Journal of Labor and Society. 1089-7011. v.14. p. 5–18. March, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM).
<http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/developing-migration-policy/migration-labour/labour>. Acesso em: 02/06/2012.

PATARRA, Neide Lopes. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, N°60, São Paulo, 2005.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13/09/2011.

SASSEN-KOOB, Saskia. *The International Circulation of Resources and Development: The Case of Migrant Labour*. Developmente and Change ISAGE, London and Bervely Hills. v. 09, 1978.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory, Procedures and Techniques*. Newbury: SAGE, 1990.